

## 90 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS

**Ao lado da defesa dos direitos dos trabalhadores, a luta pelo fortalecimento da democracia está na base da história dos bancários e na construção de um futuro com a justiça social que o Brasil merece**

Esta é a sétima e última publicação da *Folha Bancária Especial* a resgatar os 90 anos de trajetória do Sindicato, fundado no dia 16 de abril de 1923. De um resgate histórico que teve início na década de 1920, finalmente chegamos ao período atual. Esta edição retrata os últimos três anos de lutas e conquistas do Sindicato, a partir da eleição histórica de uma mulher para a Presidência da República e também para a presidência do Sindicato.

O Brasil elegeu Dilma Rousseff, em 2010, para comandar o país e dar continuidade ao projeto político iniciado em 2002, com Luiz Inácio Lula da Silva. Era a manutenção de um governo democrático e popular, que se propunha ampliar as conquistas alcançadas até então, como o fim da miséria no país.

Nessa conjuntura, o Sindicato dava uma grande mostra do avanço na igualdade de direitos entre homens e mulheres ao conduzir à liderança da entidade Juvandira Moreira, como a primeira mulher a presidir os bancários de São Paulo, Osasco e região nos 90 anos de história.

Nesse cenário, a categoria iniciava uma nova etapa na luta pela garantia de direitos com uma importante conquista para os trabalhadores que tanto sofrem com a pressão exagerada na cobrança por metas cada vez mais abusivas. Após 15 dias de greve, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) passou a contar com um instrumento de combate ao assédio moral, resultado da Campanha Nacional Unificada de 2010. Apesar da adesão de bancos

e sindicatos ser voluntária, a nova cláusula da CCT estabelecia a declaração explícita de condenação a qualquer ato de assédio e a implementação de um canal de denúncias, com prazo para apuração.

Além disso, foram garantidos aumento real de salário pelo sétimo ano consecutivo e elevação do piso salarial em 16,33%. No BB, os trabalhadores avançaram na promoção por mérito, e na Caixa, foi conquistada a PLR social, que estabelece a distribuição linear de 4% do lucro líquido do banco.

**Novos desafios** – As experiências adquiridas nos anos anteriores fortaleceram o espírito de luta da categoria para a organização da Campanha Nacional Unificada de 2011. Essa mobilização foi de extrema importância, pois, apesar dos esforços do recém-empossado governo Dilma para forçar os bancos a cumprir sua função social e reduzir as taxas de juros, o sistema financeiro continuou com o histórico de lucros crescentes, mas com agravantes como o aumento das demissões e das terceirizações no setor.

No primeiro semestre de 2011, os bancos geraram 6.851 novos empregos e demitiram 8.947 trabalhadores, mantendo a rotatividade de mão de obra como estratégia para a redução de salários. Por isso, o Sindicato iniciou aquele ano reivindicando aumento do piso de ingresso na categoria e pressionando pela ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que coíbe a demissão imotivada.

Outra demanda importante e cada vez mais recorrente entre os bancários era a preservação da saúde devido à cobrança abusiva por metas. Assim, os trabalhadores foram às ruas na campanha de 2011 para dizer: “Bancário não é máquina”. Em 20 de setembro, reunidos em assembleia, recusaram a proposta por considerá-la insuficiente e decretaram greve.

No 15º dia de paralisação, quando o movimento contou com a adesão de 9.090 locais de trabalho em todo o país, não havia dúvida de que a paralisação já superava o feito de 2010. Em 18 de outubro, a assembleia encerrava a greve e pelo oitavo ano consecutivo a categoria conquistava aumento real de salário, totalizando 13,9% entre 2004 e 2011. A parcela fixa da regra básica da PLR foi reajustada em 27,18% e o piso salarial em 12%, além de avanços específicos no BB, Caixa e no acordo aditivo do Santander.

**Isenção da PLR** – Em 2012, quando a CCT completou 20 anos de existência, os bancários alcançaram, após greve, o nono ano consecutivo de aumento salarial real. As 64 cláusulas da CCT nacional são referência entre os trabalhadores e refletem o percurso dos bancários desde a resistência da década de 1990 até os últimos anos, quando a união da categoria e a retomada do movimento de massa resultaram em aumentos salariais reais a cada ano, além de importantes conquistas específicas nos bancos públicos e em condições de trabalho, saúde, igualdade de oportunidades e segurança bancária.

No final de 2012, coroando uma década de conquistas, os bancários, junto aos metalúrgicos, petroleiros, químicos e urbanitários, asseguraram uma nova tabela de imposto de renda que incide sobre a

PLR dos trabalhadores. Após campanha, que contou com coleta de assinaturas, manifestações em várias cidades e uma grande mobilização em Brasília, os trabalhadores conquistaram isenção do IR para aqueles que recebem PLR de até R\$ 6 mil e menores descontos aos que recebem valores superiores.

**Novas formas de precarização** – No século 21, sob novas formas, o processo de terceirização continuou avançando. Quadro especialmente visível no caso dos correspondentes bancários que, apenas entre maio de 2011 e julho de 2012, passaram de 160 mil para 332 mil. Essa realidade é resultado de uma herança deixada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que, no ano 2000, baixou a Resolução 2.707, do Conselho Monetário Nacional, autorizando pontos comerciais a estabelecerem convênios com bancos para a prestação de serviços bancários. Assim, a luta por mais contratações, pela garantia do emprego bancário e pelo fim da precarização causada pelas terceirizações permanece no centro das preocupações da entidade.

Rotatividade, terceirização, condições de trabalho e manutenção da política de aumento real e de ampliação na participação nos lucros e resultados. Esses, possivelmente, serão os principais desafios a serem enfrentados pelos bancários nos próximos períodos. Há muitos anos os bancos ganham muito e se apropriam da quase totalidade desses ganhos. O “banco do futuro” não pode nem deve prescindir dos trabalhadores. Deve funcionar a serviço de uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, o movimento sindical bancário continua a lutar para que essa acumulação seja repartida com os bancários e revertida em bons serviços para os cidadãos. ✦

### Passado, presente e futuro

São 90 anos de história, de uma rica trajetória pelo fortalecimento da democracia no Brasil, por inclusão social, pela ampliação dos direitos à classe trabalhadora. Se hoje vivemos um ambiente democrático, essa conquista é recente. Há pouco mais de 20 anos fizemos parte da luta que garantiu aos brasileiros o direito de eleger o presidente da República.

E continuamos na luta para fortalecer a democracia, pois essa é uma construção diária. Temos essa preocupação porque sabemos que um ambiente democrático é condição essencial para a ampliação dos direitos e conquistas dos trabalhadores. Mais do que isso, para transformar o mundo em que vivemos. Buscamos uma sociedade mais justa, com distribuição de renda e inclusão social. Avançamos muito, mas ainda há muito a conquistar. A luta é permanente. ✦



# 90 FORTALECENDO A DEMOCRACIA

## Linha do Tempo (2010-2013)

O período histórico retratado na linha do tempo desta sétima edição especial da *FB 90 anos* é marcado pelo avanço na igualdade de direitos entre homens e mulheres, com a eleição, de Dilma Rousseff para a Presidência da República e a posse de Juvandia Moreira para conduzir o Sindicato. A categoria continuou organizada e mobilizada, garantindo a cada ano aumento real de salário, além da elevação do piso, do avanço na negociação da PLR e nos acordos específicos do BB, Caixa e aditivo do Santander. Em paralelo, novos desafios se apresentaram à luta dos bancários, como a terceirização, rotatividade, fim das metas abusivas e melhores condições de trabalho. O histórico dos últimos três anos demonstra que a luta da categoria avançou muito. Mas a certeza que fica é que ainda há muito a conquistar, pois a luta é contínua. ✚



**2010**  
Em 13 de outubro, após 15 dias de greve, os bancários conquistaram, além de aumento real no piso da categoria, a inclusão da importante cláusula com mecanismo de combate ao assédio moral; garantia de transferência em caso de sequestro; obrigatoriedade do registro de boletim de ocorrência; e divulgação de estatística semestral do setor sobre assaltos



**2010**  
O Sindicato inaugurou o Centro de Pesquisas 28 de Agosto, que será agregado à futura Faculdade 28 de Agosto



**2010**  
Em agosto, foi lançado o programa de webtv *Momento Bancário em Debate*, com a presidenta do Sindicato

**2011**

Lançamento da *Folha Bancária* em braille para os bancários com deficiência visual



**2012**

Assim como nos outros anos, a greve arrancou aumento real de salário, além de reajuste de 10% da parte fixa da PLR e do teto do valor adicional. Os afastados por problemas de saúde que aguardam o recebimento do benefício do INSS passaram a ter sua remuneração mantida pelo banco e a Fenaban se comprometeu a implementar o projeto piloto de segurança bancária, importante conquista para a categoria

**2012**

Vagner Freitas foi o primeiro bancário a assumir a presidência da CUT ao vencer as eleições do 11º Congresso Nacional da CUT (Concut), com 90,52% dos votos dos 2.322 delegados



**2013**

No dia do aniversário da entidade, 16 de abril, na Quadra dos Bancários, foi comemorado os 90 anos de lutas e conquistas da categoria bancária, que se misturam com a trajetória pelo fortalecimento da democracia no Brasil. O ato fez parte de uma série de atividades organizadas para comemorar as nove décadas de história e contou com a presença do ex-presidente Lula



**2010**

No mesmo ano em que o Dia Internacional da Mulher completou 100 anos e o Brasil elegeu Dilma Rousseff para comandar o país, o Sindicato passou a ter uma mulher na presidência, a bancária Juvandia Moreira. Na foto, todos os presidentes eleitos do Sindicato desde 1979, durante evento que marcou a transição da direção

**2010**

No dia 1º de junho foi realizada a Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, no estádio do Pacaembu, com a presença de mais de 22 mil trabalhadores de todo Brasil. Foi aprovado um documento unificado das centrais sindicais com propostas políticas e econômicas para o país e que ainda hoje fazem parte da agenda de reivindicações dos trabalhadores



**2011**

Em 1º de janeiro, Dilma Rousseff tomou posse como primeira mulher presidente do Brasil



**2011**

A política permanente de valorização do salário mínimo, acordada durante o segundo mandato de Lula, virou lei (12.382/2011) no governo da presidenta Dilma Rousseff. O acordo, resultado das Marchas da Classe Trabalhadora a Brasília, estipulou um critério para o reajuste anual salarial até 2015, que adota a seguinte equação: inflação do período mais variação do PIB dos dois anos anteriores. Entre 2002 e 2010, o salário mínimo tivera uma valorização de 155%, com aumento real de 53,67%

**2011**

Depois de 21 dias em greve, em 18 de outubro, a categoria aprovou a proposta que previa, além de aumento real de salário e valorização do piso, a proibição da publicação de rankings individuais de produtividade, a ampliação do aviso prévio proporcional, a proibição do transporte de número por bancários e a garantia de reuniões trimestrais para apresentação de indicadores sobre igualdade de oportunidades



**2012**

Bancários, metalúrgicos, petroleiros, químicos e urbanitários retomaram a campanha e a mobilização pela isenção do imposto de renda na PLR dos trabalhadores. Assim, no dia 24 de dezembro, a presidenta Dilma assinou medida provisória que assegurou, a partir de 2013, isenção para aqueles que recebem PLR de até R\$ 6 mil e descontos aos que recebem valores superiores

**2012**

Em abril, o governo passou a baixar os juros na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil para ampliar a oferta de crédito, forçando as instituições privadas a fazer o mesmo. O Sindicato apoiou a medida e ampliou a atenção à elevação de tarifas e à venda casada de produtos, possíveis artimanhas utilizadas pelos bancos para compensar eventuais perdas com os juros mais baixos. No BB e na Caixa, a reivindicação era pela contratação de mais funcionários para dar conta da demanda maior

**2012**

Em novembro, os juros do crédito atingiram o menor valor em 18 anos (29,3%). A taxa Selic, após vários cortes, caiu para 7,25%

**2013**

A 7ª Marcha da Classe Trabalhadora reuniu em Brasília mais de 50 mil trabalhadores para reivindicar a redução da jornada para 40 horas semanais, fim do fator previdenciário, combate à demissão imotivada, ratificação das convenções 151 e 158 da OIT, entre outras pautas. Durante a marcha, a CUT e seus sindicatos homenagearam o presidente venezuelano Hugo Chávez, falecido no dia anterior



## Sangue novo na categoria bancária ajuda na construção das próximas décadas de luta do Sindicato

Felipe tem 26 anos. É bancário desde 2006, quando foi atraído por um salário que considerava bom o suficiente para custear a faculdade, além de outras despesas da sua vida pessoal. Jovem e animado, começou a trabalhar em uma agência bancária. Não era o primeiro emprego da vida de Felipe. De família humilde, aos 13 anos já vendia coxinha nas ruas do bairro onde morava para ajudar na renda. Antes de ser contratado pelo banco, trabalhou em uma livraria. Ele é um dos cerca de 51 mil bancários de São Paulo, Osasco e região com menos de 30 anos. Os trabalhadores com essa faixa etária representam 35,9% da categoria na base do Sindicato. Felipe é um nome fictício usado para preservar a história desse bancário que luta ao lado do Sindicato por mais conquistas, direitos e melhores condições de trabalho. Em pleno século 21, ainda é preciso manter preservada a identidade de quem luta, já que muitos bancos desrespeitam o direito de mobilização dos trabalhadores. Mas

Felipe, assim como outros milhares de bancários, existe e não desiste: sempre dá um jeito de participar das lutas da sua categoria. O primeiro contato dele com o Sindicato foi logo no segundo dia de trabalho, quando um dirigente sindical entregava a *Folha Bancária* na agência. “Um dos chefes falou que eu era funcionário novo. Conversei e já me sindicalizei. Depois de dois meses descobri que poderia ter desconto na faculdade por conta da sindicalização, o que ajudou muito. Hoje sou formado em Administração.” Em 2011, Felipe começou a frequentar os cursos de formação sindical promovidos pelo Sindicato. “A primeira vez foi sensacional. Fiquei surpreso com a quantidade de jovens, me identifiquei, fiz muitas amizades ali e troquei experiências.” Foi em um desses cursos que Felipe descobriu que o que achava ser “benefício” do banco, na verdade é conquista dos trabalhadores: piso salarial, vales refeição e alimentação, PLR. “Eu não tinha noção alguma disso.”

**Causa nobre** – Mais bem informado sobre sua categoria, o jovem bancário começou a colocar a mão na massa e lutar por melhores condições de trabalho. Estava em uma unidade do Bradesco com funcionários que nunca haviam entrado em greve, quando se deu conta de que era essencial a mobilização para arrancar dos banqueiros o que queriam: aumento real, PLR maior, vales refeição e alimentação melhores. “Percebi que era muita agência para fechar e poucos dirigentes sindicais. Foi quando tive a consciência que nós bancários é que devemos nos articular e engrossar a greve para pressionar o banco.” Não foi fácil. As conversas sobre a campanha entre os colegas aconteciam sempre fora do ambiente de trabalho por medo de represálias. Mas Felipe conseguiu convencer alguns amigos da importância de participar. Passaram a ficar de olho nas informações do Sindicato e a frequentar as assembleias. “Saía do trabalho, atravessava a cidade de metrô, ia para a assembleia”, relata com orgulho. Um dia, antes de uma paralisação, Felipe informou-se sobre como ajudar na mobilização e no término da assembleia pegou material de greve, como cartazes e adesivos. “Todas as agências bancárias da região onde eu trabalhava fechavam, os trabalhadores entravam na mobilização, menos minha unidade. Mas um amigo, que nem bancário é, se ofereceu para me

ajudar a colar cartazes e colocar uma faixa em frente à agência durante a madrugada. No dia seguinte bem cedo, estava lá a “decoração”. “Foi uma satisfação muito grande”, lembra. “Ainda tenho muita coisa para conhecer. Preciso de formação política e sindical. Até penso em ser dirigente sindical um dia, por que não?” Por enquanto, Felipe investe na carreira dentro do banco e no respeito à categoria. Gosta muito do trabalho e faz o que pode para melhorar seu ambiente e dos colegas. “Não gosto de ver bancário sendo mal tratado nem pela diretoria do banco e nem por cliente. Lutar por essa causa já me satisfaz.” **O futuro** – Em visita ao Sindicato para contar um pouco sobre sua história, Felipe aproveitou para pegar uma ficha de sindicalização para o irmão mais novo, bancário há bem pouco tempo, e colocar em prática mais uma ação com o desejo de fortalecer a categoria. E plantando mais uma semente, o trabalhador tem em mente que está fortalecendo os próximos anos de luta por conquistas e preservação de direitos. Esse sangue novo é a continuidade do trabalho de muita gente que ainda está na ativa, de muitos que já se foram, é o que move a luta da classe trabalhadora e da categoria bancária. Que venham novos bancários com a consciência de sua importância para construir outros 90 anos! ✚



# Do movimento estudantil ao parlamento, com a categoria

O deputado estadual Luiz Claudio Marcolino fala sobre o prazer e o desafio de presidir o Sindicato nos anos 2000

Líder estudantil, líder comunitário, economista, funcionário do Itaú, deputado estadual. Luiz Cláudio Marcolino foi o primeiro bancário com origem em banco privado a presidir o Sindicato. Enfrentou o período neoliberal como dirigente e assumiu a entidade em um cenário diferente, mais democrático e popular, porém, cheio de desafios, como as grandes fusões no setor, a terceirização e a rotatividade.

Sua habilidade nas mesas de negociação rendeu-lhe, além da liderança entre os bancários, que o reelegeram para a presidência do Sindicato em 2008, o voto do povo nas eleições de 2010 como deputado estadual. Hoje, líder da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o deputado dorme em média quatro horas por noite, ainda menos do que quando presidia o Sindicato, ferrenho na luta pelos direitos de quem o elegeu.

**Você foi o primeiro dirigente sindical oriundo de banco privado a presidir o Sindicato após a retomada. Como foi enfrentar esse desafio?**

É importante contextualizar a presidência do Sindicato de 2004 a 2010 por conta da mudança do perfil da categoria no início dos anos 1990. Tínhamos bancos públicos fortes e também os privados grandes. Tomamos a decisão — quando entrei no Sindicato ainda como diretor, quando Gilmar Carneiro era presidente e Ricardo Berzoini secretário-geral — de que era necessário potencializar a organização dos funcionários dos privados. Foi quando criamos os coletivos de cada banco.

Vivemos um processo de refl-

xo dos funcionários dos bancos públicos nas assembleias. Na década de 1990, com greves mais fortes nos privados, como no Itaú, e as paralisações surpresas, ganhamos força. Antes, banco privado não parava. E quando parava era o funcionário da retaguarda. Passamos a ter encontros estaduais, mais ações nos bancos privados, enfim, toda a base de preparação dos trabalhadores feita por todo o Sindicato.

**Quais as primeiras fortes manifestações que marcaram sua militância na categoria?**

A mais forte foi em 1990 no Itaú. Eu ainda não era diretor do Sindicato. Trabalhava com mais onze pessoas no numerário do Ceic e decidimos que íamos entrar em greve. Fomos a outros departamentos e no dia seguinte 150 pessoas pararam. Foram 11 dias de greve. O banco começou a pressionar e indicar por onde era para entrar, mas ninguém furou a greve. Nos dias seguintes, começamos a parar agências da região e foi ali que tive contato com a diretoria do Sindicato. Eu já havia passado pelo movimento estudantil, popular, mas a atuação sindical mesmo começou nessa situação.

**Como dirigente você realizou diversas manifestações. Algumas inusitadas?**

Logo que entrei para o Sindicato, em 1991, o Itaú queria fechar o crédito imobiliário por conta da queda de venda dos imóveis na década de 1990. E o banco anunciou que demitiria 50 pessoas. Montei um acampamento em frente ao Ceic. Para cada demissão montávamos uma barraca de lona em frente ao banco. Ficamos lá nove dias, pa-

rados, até que o banco suspendeu o processo de demissão.

Outro momento foi quando o banco aumentou os preços na lanchonete. Começamos um boicote e no primeiro dia de ato fizemos churrasco e vendemos espetinhos. Depois levamos salgadinhos, que custavam, junto com o refrigerante, R\$ 0,50. Vendíamos para o pessoal não comer na lanchonete. Fizemos um levantamento e mostramos que as lanchonetes da região eram todas mais baratas que a do Ceic e conseguimos reverter os preços. Foi uma derrota para o Itaú nas duas situações.

Esse tipo de mobilização fez com que eu me tornasse uma forte liderança. A direção percebeu que o Sindicato tinha mais liderança lá dentro do que o próprio banco. E começamos a negociar e garantir PCR, convênio médico, auxílio-educação.

**Em sua gestão na presidência houve crescente concentração bancária, principalmente com fusão de grandes bancos. Como foi lidar com essa situação?**

Primeiro o Bandeirantes foi vendido para o Nacional. O HS-BC comprou o Bamerindus. O Bradesco comprou o BCN, Mercantil de São Paulo, entre outros. O Itaú comprou o Bemge, Banerj e Banestado. Essa concentração bancária ocorreu durante toda a década de 1990. E em cada uma foi uma experiência diferente. Quando o Unibanco comprou o Nacional, ganhou um milhão de clientes, um ano depois tinha perdido um milhão de clientes. Foi uma fusão mal administrada. E nós fomos acumulando conhecimento. Quando foi a fusão entre Itaú e Unibanco, por exemplo, conseguimos o comprometimento do banco na



**Tentei por seis anos fazer um diálogo forte com os bancários. Hoje, na Alesp, penso sempre na categoria bancária, nos trabalhadores, no movimento popular, seja para educação, transporte ou lazer**

manutenção de direitos e a experiência acumulada serviu para diminuir o impacto das fusões.

**Como foi a construção da Campanha Nacional Unificada, iniciada em 2004 e que perdura até os dias atuais?**

Sempre defendemos uma única campanha salarial e convenção coletiva. Tivemos em 2003, com o Lula assumindo a Presidência da República, abertura para negociar com as diretorias do Banco do Brasil e da Caixa Federal, o que não tínhamos no governo do Fernando Henrique Cardoso. Abrimos espaço de diálogo, o que possibilitou garantir um acordo unificado. Foi um processo de construção combinando negociação e mobilização. E a greve de 2004 é um exemplo disso.

**As marchas a Brasília uniram diversas centrais e tiveram papel importante no governo Lula. Como foi a participação do Sindicato?**

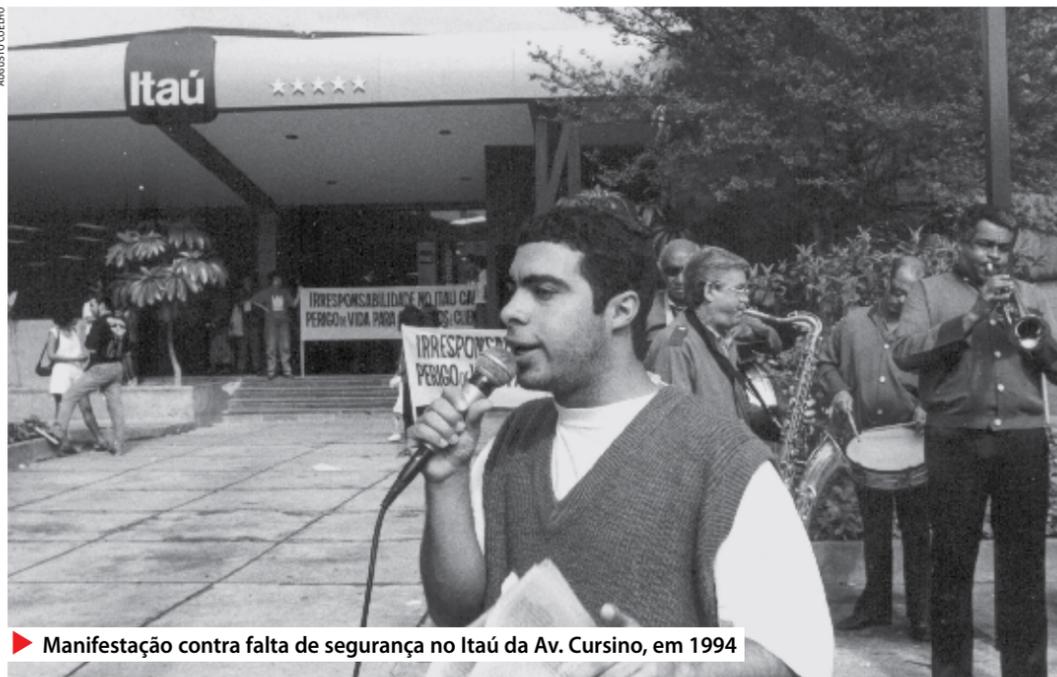
Começamos a conversar com os metalúrgicos para organizar mobilizações pela correção da tabela do imposto de renda. Abrimos negociação com o Palocci (ministro da Fazenda de 2003 a 2006) e conseguimos avançar no primeiro ano. Quando fomos fechar o acordo com o governo, chamamos as centrais sindicais, por ser um acordo nacional. No ano seguinte, conseguimos a correção da tabela do IR e aumento do salário mínimo. Foi aí que começou a luta pela valorização do salário mínimo. Construímos a plataforma dos trabalhadores e passamos a ter a Marcha a Brasília todos os anos. Nosso Sindicato teve um papel muito importante nesse processo.

**Também em sua gestão foi criada a Rede Brasil Atual, que vai além do universo de comunicação do Sindicato. Como nasceu esse projeto?**

Percebemos que os trabalhadores não tinham voz. Um dia, eu, o José Lopez Feijóo (Metalúrgicos do ABC), e o Paulo Lage (Químicos do ABC), voltávamos de Brasília discutindo sobre a tentativa da grande imprensa de fragilizar o PT. E pensamos em colaborar na construção de um veículo que fosse para todos os trabalhadores. Começamos com a Revista do Brasil, depois veio o portal Rede Brasil Atual e por aí vai. Criamos a editora Atitude, que é gestora desse processo. É uma combinação entre comunicação e educação.

**E os desafios de ser dirigente sindical nos anos 1990 e 2000 e ser parlamentar nos dias atuais?**

O maior desafio era retomar o processo de organização e mobilização, já que não tínhamos espaço para negociar soluções. E então o desafio, com outro perfil dos bancários que não é mais aquele da década de 1980, 1990, mudou. Quando percebemos essa mudança, criamos, por exemplo, o Centro de Formação Profissional do Sindicato, para aproximar esses trabalhadores, investir na formação deles. Também construímos laços entre a categoria e cidadania, por meio de projetos como o CineB e o Olhar Local. Tentei por seis anos fazer um diálogo muito forte com a categoria. E hoje, na Alesp, penso sempre na categoria bancária, nos trabalhadores, no movimento popular, seja para educação, transporte, lazer.



► Manifestação contra falta de segurança no Itaú da Av. Cursino, em 1994